

APROVADO

Projeto que suspende reajuste salarial dos servidores vai pra segunda discussão

Euclides Lucas Garcia

Sob fortes protestos de servidores, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em primeira discussão, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 com a emenda do Executivo que suspende o reajuste salarial do funcionalismo previsto para janeiro. Foram 34 votos favoráveis e 18 contrários. A proposta voltará ao plenário para segunda discussão na noite de amanhã.

A emenda em questão foi enviada pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia para revogar a data-base prevista em lei sancionada no ano passado. A recomposição da inflação de 2016, além de um adicional de 1%, estava garantida na legislação, aprovada em 2015 para acabar com uma greve dos servidores públicos. Agora, entretanto, Richa diz não ter caixa para honrar com o compromisso e, ao mesmo tempo, pagar promoções e progressões de carreira - R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente.



A proposta voltará ao plenário para segunda discussão amanhã.

GUERRA JURÍDICA

No início da tarde de ontem, a bancada de oposição tinha obtido uma liminar para barrar a votação. O desembargador Jorge Vargas, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), concedeu a liminar afirmando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) não permite a retirada de reajustes garantidos por lei - isso seria o equivalente a reduzir salários, o que não é permitido no país. 'A alteração da data-base, postergando-a sem data definida, ainda mais tratando-se de verba salarial, em princípio ofende esses dispositivos [a irreversibilidade dos vencimentos e o direito adquirido]', escreveu o desembargador. Entretanto, no início da noite, o

presidente do TJ-PR, Paulo Roberto Vasconcelos, derrubou a liminar a pedido da Assembleia e da Procuradoria Geral do Estado alegando que não há motivo para que o Judiciário decida sobre o caso antes da aprovação da lei. Isso, segundo ele, constituiria 'controle preventivo de constitucionalidade', o que não é permitido, conforme o próprio STF. Ou seja: o tribunal estaria interferindo na autonomia do Legislativo de debater o projeto.

Isso não elimina, segundo o presidente do TJ, a necessidade de se discutir a legalidade da proposta caso ela seja convertida em lei. Mas isso deve ser feito depois de sua possível aprovação, para que não haja uma 'crise institucional' no estado.

ATAS E EDITAIS

www.parana-online.com.br/ataseeditais

SUMULA DO REQUERIMENTO DA LICENÇA PREVIA

Piemente Construções e Incorporações LTDA, torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia de Conjunto Habitacional, a ser implantado na Rua São Sebastião, 87, Campo Pequeno, no Município de Colombo, Estado do Paraná. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

M.D. PERES PINTURAS LÍQUIDAS LTDA-ME., torna público que solicitou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba a Licença Prévia para Serviços de Tratamento e Revestimentos de Metais, situada à Rua Carlos de Laet, 5095, nesta Capital.

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 009/2014

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: PHIDELLIS IND E COM DE PRODUTOS ELTRÔNICOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no sistema de som da ALEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em reajustar o valor para R\$ 126.484,77.

CLÁUSULA SEGUNDA: Acordam as partes em prorrogar o prazo em 12 meses contados a partir de 10 de novembro DE 2016.

DOTAÇÃO: 001.001.4000.3390.3917

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Pregão Presencial nº 027/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO N° 045/2016

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO N° 265/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, DESESTRUAÇÃO DE REDE DE ESGOTO E ESGOTAMENTO DE FOSSAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 07 DE DEZEMBRO DE 2016 DAS 09H ÀS 10H
DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 07 DE DEZEMBRO DE 2016 DAS 10H05MIN ÀS 10H30MIN.

REGINA DO ROCIO BERBERI
PREGOEIRA

O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS:

www.e-compras.curitiba.pr.gov.br

INFORMAÇÕES, CONTACTAR PELOS FONES: (0XX41) 3350-3175, 3350-3009, 3350-3151.

TRIBUNINHAS

TRANSIÇÃO

A terceira reunião entre as comissões apontadas por Rafael Greca (PMN) e Gustavo Fruet (PDT) para alinharem a transição de comando na prefeitura de Curitiba foi realizada anteontem. O principal objetivo do grupo é garantir que a população não sofra com a interrupção de serviços públicos e que a cidade não perca prazos em processos de financiamento de obras. Luiz Fernando Jamur, engenheiro que preside a comissão formada por Greca, afirmou que foram discutidas as licitações em andamento, como por exemplo a do Lixo que Fruet já confirmou que não será concluída em sua gestão, a da Linha Verde Norte e a do Projeto de Modernização da Administração Tributária, financiado pelo BNDES. "Discutimos todas as licitações de projetos estratégicos, de questões vinculadas a cumprimento de marcos de financiamento. A nossa preocupação é de que haja a continuidade do serviço, que não sejam interrompidos os serviços prestados à sociedade", afirmou Jamur.

TRETA 1

O advogado José Roberto Batochio, um dos defensores do ex-presidente Lula no processo da Lava Jato a que ele responde na Justiça Federal, insinuou que o juiz Sergio Moro é nazista e chamou Curitiba e o Paraná de "região agrícola do país", sugerindo um provincialismo da cidade e do estado. As declarações foram dadas anteontem, num momento tenso do depoimento do ex-senador Delcídio do Amaral, durante audiência do processo em que Lula é réu por corrupção. Como advogado do ex-presidente, Batochio acompanha os depoimentos das testemunhas no processo. Ele criticava questionamentos de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) a Delcídio referentes a fatos que não estão descritos nos autos do processo.

TRETA 2

Moro rebateu o advogado de Lula dizendo se tratar de perguntas que buscam entender o contexto da denúncia. Batochio também questionava o que considerava ser o direcionamento de perguntas de procuradores para induzir as respostas de Delcídio. Moro então se irritou com as constantes interrupções feitas pela defesa de Lula durante o depoimento. "A defesa pelo jeito vai ficar levantando questões de ordem a cada dois minutos nesta inquirição. É inapropriado, doutor. Estão tumultuando a audiência", disse Moro. A defesa de Lula vem argumentando que Moro tem cerceado o direito de defesa do ex-presidente.

FBI

Delator na Operação Lava Jato, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa fechou acordo de cooperação com o FBI e com o Departamento de Justiça dos EUA. O seu advogado confirmou que Costa vai cooperar com as investigações da Promotoria norte-americana.

MUDANÇAS

O governo federal editarão nos próximos dias medida provisória (MP) transferindo o programa de reforma agrária para a Casa Civil da Presidência. Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, comandado por Osmar Terra, do PMDB, passará a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e de Cidadania. A partir da publicação da MP, Casa Civil e Incra serão os responsáveis pela reforma agrária. A MP também traz uma série de mudanças nos critérios de distribuição de terras e permite a venda da propriedade após dez anos da posse. De acordo com o texto da MP, prioritariamente serão contemplados com terras do programa os agricultores vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo; os trabalhadores rurais que perderam áreas devido à demarcação de terras indígenas e quilombolas; e os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

"ARMACÃO"

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou anteontem que o ex-presidente da empreiteira Andrade Gutierrez Otávio Azevedo se comportou como um agente político no processo de julgamento das contas de campanha da chapa que a reelegeu em 2014. A petista disse que sua defesa tem indicações que Azevedo "é tucano" e fazia parte de uma "armação" para separar as contas das do então candidato a vice-presidente, Michel Temer (PMDB), no processo que corre no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ação pode resultar na cassação de Temer. "Nós temos indicações que ele é um tucano. Não temos como ter certeza... Estou falando uma coisa (...) pela convicção (...). Ele queria primeiramente criminalizar minha campanha", disse Dilma.